

Artigos

Construções concessivas intensivas com ‘por mais que’: uma abordagem discursivo-funcional

Concessive constructions with ‘por mais que’: a functional-discourse approach

Michel Gustavo Fontes¹
José Eduardo Bognola Teixeira²

RESUMO

Amparado nos pressupostos teórico-metodológicos do modelo da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), este artigo propõe uma descrição de construções concessivas intensivas articuladas pela conjunção por mais que. Com base em ocorrências de uso do português contemporâneo, extraídas do Corpus do Português (Davies & Ferreira, 2016), esta investigação se desenvolve a partir de dois objetivos específicos: (i) precisar o estatuto de por mais que tendo em vista o conjunto de trabalhos que, à luz da GDF, tem discutido o estatuto lexical e/ou gramatical de conjunções adverbiais; e (ii) mapear, com base nos níveis e nas camadas que estruturam a GDF, a natureza da(s) relação(ões) concessiva(s) instaurada(s) na articulação

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Três Lagoas – Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2376-8648>. E-mail: michel.fontes@ufms.br

2. Universidade Estadual Paulista – UNESP. São José do Rio Preto – Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1759-6050>. E-mail: je.bognola@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use and distribution, provided the original author and source are credited.

entre orações por meio de por mais que. Os resultados aqui apresentados revelam que por mais que é uma Conjunção Lexical, analisada, no Nível Representacional, como uma Propriedade Configuracional de um-lugar, e que articula três tipos de relações concessivas: concessivas factuais, concessivo-condicionais e concessivas restritivas.

Palavras-chave: *concessão; conjunção; conjunção lexical.*

ABSTRACT

Following Functional Discourse Grammar model principles (Hengeveld & Mackenzie, 2008), this paper describes concessive constructions with the conjunction por mais que. Using contemporary Portuguese data, from Corpus do Português (Davies & Ferreira, 2016), this investigation pursues two specific objectives: (i) determining the status of por mais que considering a set of FDG proposals concerning the lexical/grammatical status of adverbial conjunctions; and (ii) mapping, based on FDG levels and layer, the different concessive relations signaled by this conjunction in articulating clauses. It is argued that por mais que is a Lexical Conjunction, analyzed, at Representational Level, as a one-place Configurational Property, and that it articulates three types of concessive relations: factual concessive, conditional-concessive and restrictive concessive.

Keywords: *concession; conjunction; lexical conjunction.*

1. Introdução

Ao tratar de conjunções concessivas, como o faz este artigo, é importante reconhecer, com base em König (1985a; 1985b; 1986), duas de suas particularidades, em comparação a outras classes de conjunções. A primeira diz respeito a sua etimologia e composição: conjunções concessivas são normalmente complexas, formadas pela combinação de itens já disponíveis na língua, de maneira que seus componentes, além de serem relacionados a outro(s) significado(s), podem ser identificados em sua forma e em seu significado. A segunda toca sua emergência na história das línguas, geralmente tardia e fruto de processos de mudança linguística, envolvendo reanálise e fixação de estruturas sintagmáticas e/ou perifrásticas.

Isso se aplica à classe de conjunções concessivas do português, que abriga desde a conjunção prototípica *embora*, cuja constituição estrutural mais fixada escamoteia sua composição complexa (a partir da reanálise estrutural e da redução fonológica do sintagma *em boa hora*), até conjunções que mantêm mais transparentemente a base de sua formação, como *ainda que*, *mesmo que*, *a pesar de que*, *por mais que*, etc. Este trabalho recorta, como objeto de estudo, a conjunção concessiva *por mais que* e oferece uma descrição, pautada nos princípios da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), de construções concessivas³ articuladas por essa conjunção, exemplificadas em (1).

- (1) A sede continuava a dominá-lo. ***Por mais que*** desviasse a atenção, sentia a língua seca, a garganta ardendo. (19:Fic:Br:Louzeiro:Pixote)

Estruturas como (1) são comumente tratadas como *construções concessivas intensivas* (vd. Bechara, 2001; Rosario, 2014; Garcia & Amorim, 2017), em que, além do significado concessivo, instaura-se um matiz semântico de intensidade, de quantificação em grau superior.⁴ A concessão, em (1), não envolve o simples cotejo de dois fatos incompatíveis entre si, mas reside na asseveração de *se sentir a língua seca, a garganta ardendo* independentemente da intensidade com que se desenvolve o evento de *desviar a atenção*.

Esses dois significados (concessão e quantificação/intensidade) implicados no uso de *por mais que* gera um desafio para a abordagem da GDF. Conforme esse modelo, o significado concessivo de uma construção como (2), articulada pela conjunção *embora*, mapeia-se, no Nível Representacional, a partir da atribuição da função semântica

3. Entende-se *construção concessiva* como a articulação entre uma oração principal e uma oração adverbial com sentido circunstancial concessivo.

4. Reconhece-se que a classe de construções concessivas intensivas, no português, abriga outros exemplares, como: (i) construções concessivas com *por menos que* (por exemplo, *eis aqui um que não fará grande carreira no mundo, **por menos que** as emoções o dominem* (18:Machado:Casmurro)), e (ii) construções que tomam uma base adjetival (como ***por mais bonita que seja, por maior que seja, por menor que pareça***, etc.) e/ou nominal (por exemplo, ***por mais presentes que ganhe***). Tais estruturas são, aqui, excluídas, pois, dados os limites de extensão deste artigo, este trabalho está centrado em problematizar o estatuto categorial de uma conjunção concessiva específica, no caso *por mais que*. Deve-se reconhecer, entretanto, que a proposta a ser aqui defendida pode ser aplicada e estendida, em certa medida e com certas modificações, a esses casos excluídos.

Concessão (Conc) ao Conteúdo Proposicional concessivo (p_j). Esse tipo de representação, entretanto, não é capaz de especificar adequadamente o valor quantificacional/intensivo pareado à construção concessiva com *por mais que*. Assim, a pergunta central que aqui se faz é: quais meios e/ou mecanismos são oferecidos pela GDF para abordar a associação entre esses dois significados (concessão e quantificação) subjacentes ao uso de *por mais que*?

- (2) **Embora** a linguagem seja bem poética, o livro é bastante trágico.
(19Or:Br:Intrv:Ta)
(p_i : – o livro é bastante trágico – (p_i): (p_j : – a linguagem seja bem poética – (p_j)_{Conc}) (p_i))

Dois objetivos guiam, então, esta investigação. O primeiro busca precisar o estatuto de *por mais que* tendo em vista a discussão que se tem feito em torno ao estatuto lexical e/ou gramatical de conjunções (vd. Hengeveld & Wanders, 2007; Pérez Quintero, 2006; 2013; Oliveira, 2008; 2012; 2014). A hipótese é a de que *por mais que* pode ser tratada como Conjunção Lexical.

O segundo objetivo está em mapear, com base nos níveis e nas camadas que estruturam o modelo da GDF, a natureza da(s) relação(ões) concessiva(s) instaurada(s) na articulação entre orações por meio de *por mais que*. Precisamente, a ideia é entender de que modo a defesa do estatuto lexical da conjunção sob estudo interfere na descrição e na formalização das mais diversas relações concessivas articuladas por essa conjunção.

Para tanto, recorre-se, enquanto material de análise, a ocorrências de uso de *por mais que* extraídas do banco de dados do *Corpus do Português* (Davies & Ferreira, 2016), em suas versões histórico/gênero e web/dialetos, centrando-se em dados do português contemporâneo (séculos XX e XXI).⁵ Este texto se estrutura em duas grandes seções. A primeira apresenta os fundamentos teórico-metodológicos que embasam a investigação, e a segunda seção traz a proposta de análise em torno à conjunção *por mais que* e às construções concessivas por ela articuladas. As considerações finais encerram o artigo com uma síntese dos principais resultados apresentados.

5. Disponível online em < www.corpusdoportugues.org >.

2. Fundamentos teórico-metodológicos

O primeiro ponto a se desenvolver, nesta seção, é uma apresentação dos princípios mais gerais que arquitetam o modelo teórico-metodológico que fundamenta a análise a ser apresentada, no caso a GDF.

A Gramática Discursivo-Funcional

A GDF é “um modelo de intenções e conceitualizações codificadas” (Hengeveld, 2004, p. 366), isto é, um modelo que busca descrever, sob perspectiva funcionalista, fatos gramaticalmente codificados nas línguas em geral. Enquanto Componente Gramatical de uma teoria mais geral da interação verbal, a GDF apresenta uma arquitetura descendente (*top-down*), em que aspectos pragmáticos e semânticos de uma expressão linguística determinam (ou restringem) sua realização formal, em termos morfossintáticos e/ou fonológicos.

Hengeveld e Mackenzie (2008) arquitetam a GDF a partir do reconhecimento de quatro níveis de análise (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico), e cada um desses níveis se organiza, internamente, em camadas hierarquicamente ordenadas. Em (3), dispõe-se uma formalização geral das camadas que compõem os níveis da GDF.

$$(3) (\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$$

A variável v_1 representa a camada relevante para descrição linguística. Os níveis e as camadas da GDF contam com um conjunto de primitivos, blocos construtores combinados conforme as regras de formulação e de codificação da língua. Assim, v_1 pode ser restringida por primitivos de natureza lexical, como um *núcleo* ou um *modificador* (σ), ou pode ser especificada por primitivos de natureza gramatical, como um *operador* (π) ou uma *função* (Φ). Modificadores (σ) são estratégias lexicais empregadas pelo falante para restringir a denotação ou a evocação de uma camada, já operadores (π) correspondem a expressões gramaticais que especificam o conteúdo designado ou evocado por uma camada, e, por fim, funções (Φ) equivalem a estratégias altamente gramaticais que vinculam e/ou relacionam (semântica ou pragmaticamente) unidades linguísticas de mesmo estatuto.

Para a formulação de uma expressão linguística, contribuem os níveis Interpessoal e Representacional: enquanto o Nível Interpessoal abriga as ações estratégicas (retóricas e/ou pragmáticas) acionadas pelo falante ao formular sua mensagem, tendo em vista a atenção dispensada ao ouvinte, o Nível Representacional captura estratégias semânticas que envolvem a designação de entidades do mundo extralinguístico.

As camadas que estruturam o Nível Interpessoal estão dispostas em (4): o *Movimento* (M), camada mais alta, contém um (ou mais) *Ato Discursivo* (A); o Ato pode ser constituído de uma *Ilocução* (F), dos *Participantes* (P) – *Falante* ((P₁)_S) e *Ouvinte* ((P₂)_A) – e de um *Conteúdo Comunicado* (C), que, por sua vez, contém *Subatos de Referência* (R) e/ou de *Atribuição* (T).

$$(4) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1)_{\{\Phi\}}]) (M_1))$$

Já o Nível Representacional se organiza como em (5): o Conteúdo Proposicional (p) designa qualquer construto mental do falante; o Episódio é um conjunto de Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, apresentando unidade de Tempo (t), Locação (l) e Indivíduos (x); o Estado-de-Coisas (e) descreve eventos e/ou estados localizáveis no tempo e no espaço.

$$(5) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1^n (x_1)_{\Phi} \dots (x_{1+n})_{\Phi}] (f_1)) (e_1))] (ep_1))] (p_1))$$

Um Estado-de-Coisas pode ser estruturado em termos de uma Propriedade Configuracional (f^c), que corresponde aos esquemas de predicação de uma língua. Na GDF, a predicação envolve uma relação entre um predicado (verbal, adjetival ou adverbial) e seu(s) argumento(s), ao(s) quais se atribuem funções semânticas (como Ator, Inativo, Locativo e Referência). Além disso, esse núcleo pode conter Propriedades Lexicais (f), ou Lexemas, que fornecem as informações descritivas necessárias para se designar as entidades e podem ser nominais (como *casa*), verbais (como *comprar*), adjetivais (como *esperto*) e/ou adverbiais (como *rápido*).

As informações advindas dos níveis Interpessoal e Representacional são processadas pela operação de codificação nos níveis Morfossintático e Fonológico. O Nível Morfossintático estrutura tais informações em termos de unidades morfossintáticas como (6): Ex-

pressão Linguística (El), Oração (Cl), Sintagma (Xp), que pode ser Nominal (Np), Adjetival (Adjp), Verbal (Vp) ou Adverbial (Advp), e/ou Palavra (Xw), que pode ser Lexical (Lw) ou Gramatical (Gw). O Nível Fonológico, por fim, encarrega-se de oferecer representações fonêmicas baseadas em oposições fonológicas binárias.

(6) (El₁: [Cl₁: [(Xw) (Xp₁: [(Xw) (Xp₂) (Cl₂)] (Xp₁)) (Cl₃)] (Cl₁))] (El₁))

A partir dessa visão geral do modelo da GDF, faz-se necessário traçar duas importantes discussões que embasam a análise: (i) o modo como a GDF tem tratado a classe das conjunções adverbiais, e (ii) o modo como o modelo permite descrever e representar diferentes tipos de relações concessivas.

O estatuto lexical e/ou gramatical das conjunções adverbiais

A GDF distingue Conjunções Gramaticais e Conjunções Lexicais, e essa proposta parte essencialmente do trabalho de Hengeveld e Wanders (2007), que classificam as conjunções adverbiais do inglês com base em dois parâmetros: *composição*, que pode ser *simples* (como *until*) ou *complexa* (como *in the event that*), e *estatuto*, que pode ser *lexical* (como *before*) ou *gramatical* (como *in case*). Para distinguir Conjunções Gramaticais e Lexicais, os autores se valem de dois critérios de ordem formal: a possibilidade de modificação e a possibilidade de combinação entre conjunções.

Em relação à *modificabilidade*, pontuam os autores que somente Conjunções Lexicais podem ser modificadas por outros elementos lexicais (como advérbios). Em (7), as conjunções *before* e *in the event that* são suscetíveis de modificação e, assim, são Conjunções Lexicais; *until* e *in case*, por outro lado, não podem ser modificadas, o que as caracteriza como Conjunções Gramaticais.

- (7) a She called him *three hours before* she left.
 b *She stayed home *three hours until* the meeting began.
 c *In the unlikely event that* smallpox were introduced into Australia, it would be rapidly controlled.
 d *I'll bring him some water *in unlikely case* he gets thirsty.

(Hengeveld & Wanders, 2007, p. 214)

Já quanto à *combinatória entre conjunções*, Hengeveld e Wanders (2007) assinalam que só se combinam conjunções de estatutos distintos (não se pode, por exemplo, combinar duas conjunções gramaticais), permitindo-se unicamente a ordem *conjunção gramatical-conjunção lexical*, como em (8): *until three hours after* consiste na descrição complexa de um ponto temporal, e *until* determina a porção temporal dispensada até tal ponto; uma combinação inversa (vd. (8b)) não é possível.

- (8) a She stayed *until three hours after* she left.
b *She stayed *after three hours until* she left.

(Hengeveld & Wanders, 2007, p. 215)

Uma série de críticas (vd. Pérez Quintero, 2006; 2013; Oliveira, 2008; 2012) são feitas à proposta de Hengeveld e Wanders (2007). No geral, além do caráter exclusivamente formal desses parâmetros, é apontada sua restrita aplicabilidade: Hengeveld e Wanders (2007) reconhecem que o critério de *combinação* se aplica apenas à classe de conjunções temporais, e, conforme Pérez Quintero (2006; 2013), conjunções temporais são mais facilmente modificáveis que outros tipos de conjunções. Essas críticas demonstram, então, a fragilidade desses dois critérios para operacionalizar a distinção entre Conjunções Lexicais e Gramaticais (Oliveira, 2008; 2012).

Oliveira (2008; 2012) analisa as conjunções condicionais no português em dois grupos: (i) um com a conjunção lexicamente vazia *se*, e (ii) outro formado por conjunções dotadas de significado lexical, como *caso*, *a menos que*, *desde que*, *dado que*, *a não ser que*, *só se*, etc. Para analisar o estatuto léxico-gramatical dessas conjunções, a autora se pauta numa série de critérios de ordem formal e semântico-pragmática, dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Conjunções lexicais vs. Conjunções gramaticais

Conjunção condicional gramatical	Conjunção condicional lexical
▪ não é atributiva;	▪ é atributiva;
▪ marca a relação;	▪ especifica a relação;
▪ não é passível de decomposição lexical gradual;	▪ é passível de decomposição lexical gradual;

▪ não está disponível para as regras de formação de predicado;	▪ está disponível para as regras de formação de predicado;
▪ tem sentido generalizado, básico;	▪ tem significado lexical;
▪ grande variabilidade de contexto de uso;	▪ restrições de contexto de uso;
▪ introduz um ato de fala;	▪ não pode introduzir um ato de fala;
▪ pode assumir função retórica no nível interpessoal.	▪ não pode assumir função retórica no nível interpessoal.

Fonte: Oliveira, 2012, p. 139

Com base nesse conjunto de trabalhos, dois posicionamentos devem aqui ser estabelecidos. O primeiro diz respeito ao modo como se considera a classe de conjunções concessivas do português, que, seguindo a proposta de Oliveira (2008; 2012), é abordada a partir de dois grupos: (i) um abrangendo a conjunção prototípica *embora*, cuja constituição estrutural interna se mostra mais fixada e cujo uso é mais produtivo para a marcação da concessão; e (ii) um segundo abrangendo conjunções como *ainda que*, *mesmo que*, *apesar de que*, *se bem que*, *por mais que*, etc., tratadas, aqui, como *conjunções concessivas complexas* por revelarem, de forma mais transparente, sua composição semântico-estrutural.

O segundo posicionamento toca a determinação do estatuto léxico-gramatical das conjunções adverbiais, que se dará tendo em vista duas questões, uma de natureza discursiva (que diz respeito ao funcionamento semântico-pragmático da conjunção), e outra de natureza formal (que diz respeito à sua constituição estrutural): (i) uma Conjunção Lexical deve agregar, para a relação adverbial, um significado lexical específico (uma Conjunção Gramatical, em contrapartida, serve como marca 'pura' da relação adverbial); (ii) decorre de (i) a natureza complexa das Conjunções Lexicais, sendo sua constituição estrutural passível de decomposição, isto é, é possível reconhecer seus componentes e suas fronteiras morfossintáticas. Por conta disso, Conjunções Lexicais são mais propícias à modificação.

Como exemplo, contrastam-se a conjunção temporal simples *quando* (vd. (9a)) e a conjunção temporal complexa *depois que* (vd. (9b)):

- (9) a A música de Bach cede **quando a mãe começa a cantar**. (Naves, 2011, p. 787)
 $(e_i: - \text{a música de Bach cede} - (e_i): (e_j: - \text{a mãe começa a cantar} - (e_j)_{\text{Time}}) (e_i))$
- b A música de Bach cede **depois que a mãe começa a cantar**.
 $(e_i: - \text{a música de Bach cede} - (e_i): (e_j: - \text{depois que a mãe começa a cantar} - (e_j)_{\text{Time}}) (e_i))$
 $(e_j: (f_i: [(f_i: \text{depois}_{\text{Adv}} (f_i)) (e_k: - \text{a mãe começa a cantar} - (e_k)_{\text{Ref}}]) (f_i)) (e_j))$
- c A música de Bach cede **muito depois que a mãe começa a cantar**.

(i) em termos funcionais, *quando*, em (9a), assinala o Estado-de-Coisas dependente (e_j) como marco temporal de realização do Estado-de-Coisas principal (e_i); já em (9b), *depois que* especifica um valor adicional para a relação, o de posterioridade temporal, de modo que a realização do Estado-de-Coisas Principal (e_i) se dá num momento temporal posterior ao Estado-de-Coisas dependente (e_j);

(ii) em termos formais, *quando* é uma conjunção simples, já *depois que* é uma conjunção complexa, em que se reconhece o advérbio base (*depois*) combinado à conjunção *que*, sendo também possível sua modificação (vd. (9c));

(iii) assim, enquanto *quando* corresponde a uma Conjunção Gramatical, *depois que* é uma Conjunção Lexical.

Conjunções Gramaticais, na GDF, correspondem a *funções*, semânticas ou retóricas, a depender de seu nível de representação; no caso de *quando*, trata-se da função semântica Tempo (*Time*) atribuída ao Estado-de-Coisas dependente (e_j). Por outro lado, conforme Oliveira (2008; 2012) e Pérez Quintero (2013), Conjunções Lexicais são analisadas, no Nível Representacional, como Propriedades Configuracionais de um-lugar. Assim, no caso de (9b), deve-se especificar a representação do Estado-de-Coisas dependente (e_j), analisando sua estrutura interna em termos de uma Propriedade Configuracional (f^c) de um-lugar: o predicado adverbial *depois*, uma Propriedade Lexical (f), toma, como seu argumento, o evento *a mãe começa a cantar* (e_k), que desempenha a função semântica Referência (Ref) em relação ao predicado.

Em síntese, ressalta-se que, no interior da GDF, distinguem-se Conjunções Gramaticais, mapeadas, nos níveis da formulação, como *função*, e Conjunções Lexicais, mapeadas exclusivamente no Nível Representacional como Propriedades Configuracionais de um-lugar.

Quadro de relações concessivas

Partindo da consideração de que qualquer construção subordinada pode ser classificada conforme as camadas representacionais ou interpessoais que subjazem a sua estrutura (Hengeveld & Mackenzie, 2008), delinea-se, aqui, o quadro teórico a partir do qual se compreende a concessão e seus diferentes tipos.

Concessivas no Nível Representacional

Uma relação adverbial é descrita, no Nível Representacional, à medida que corresponde a uma estratégia denotativa do falante, articulando conteúdos que designam alguma realidade do mundo. Assim, com base em Neves (1999; 2008; 2012) e em Zamproneo (2014), pode-se afirmar que uma construção concessiva como “*embora p, q*” é mapeada, no Nível Representacional, (i) ao designar realidades marcadas por um conflito ou por uma incompatibilidade entre os fatos designados por *p* e *q*, e (ii) tal conflito se caracteriza, em termos lógico-semânticos, pela negação e/ou frustração de implicações causais e condicionais, isto é, *p* implica uma expectativa causal e/ou condicional que é negada/contrariada/frustrada por *q*.

Trata-se, segundo Olbertz, Garcia e Parra (2016), de *concessivas descritivas*, casos de modificação adverbial propriamente dita, em que as orações concessivas podem ser caracterizadas e distinguidas quanto a dois parâmetros: a entidade semântica designada e sua factualidade.

As construções concessivas em (10) expressam realidades em que se cotejam eventos incompatíveis entre si, ou melhor, a oração concessiva expressa um Estado-de-Coisas que figura como obstáculo para a realização do Estado-de-Coisas expresso na oração principal; esse obstáculo, entretanto, não é suficiente para impedir a concretização do Estado-de-Coisas principal.

- (10) a **Embora seja nativa no centro da Bahia**, encontramos lindas colheres de pau, feitas de sebastião-de-arruda, em Congonhas do Campo, MG. (Neves, 2011, p. 872)
- NR: (e_i : – encontramos lindas colheres de pau, feitas de sebastião-de-arruda, em Congonhas do Campo, MG – (e_j): (e_j : – seja nativa no centro da Bahia – (e_j)_{Conc}) (e_i))
- NM: (Cl_i : [^(dep) Cl_j : – embora seja nativa no centro da Bahia – (^(dep) Cl_j)] (Vp_i : – encontramos – (Vp_i)) (Np_i : – lindas colheres de pau, feitas de sebastião-de-arruda – (Np_i)) ($Adpp_i$: – em Congonhas do Campo, MG – ($Adpp_i$))] (Cl_i))
- b Eles tinham onde publicar e eram lidos em todo o País. **Ainda que tivesse ocorrido esse boom mineiro**, não houve deslocamento para o Sul. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- NR: (e_i : – não houve deslocamento para o Sul – (e_i): (hyp e_j : – tivesse ocorrido esse *boom* mineiro – (e_j)_{Conc}) (e_i))
- NM: (Cl_i : [^(dep) Cl_j : – ainda que tivesse ocorrido esse boom mineiro – (^(dep) Cl_j)] (Gw_i : – não – (Gw_i)) (Vp_i : – houve – (Vp_i)) (Np_i : – deslocamento para o Sul – (Np_i))] (Cl_i))

Em (10a), a oração concessiva expressa um estado (o de *ser nativa no centro da Bahia*) que figura como obstáculo para a realização do evento designado pela oração principal; esse obstáculo, entretanto, não é suficiente para impedir a concretização do evento principal. Do mesmo modo, em (10b), o potencial evento expresso pela oração concessiva (de *ocorrer um boom mineiro*) é uma condição desfavorável para a efetivação do evento descrito pela oração principal (de *haver deslocamento para o Sul*); o evento principal, entretanto, ocorre independente da potencial situação desfavorável expressa na oração concessiva.

No Nível Representacional, então, estabelece-se uma relação núcleo-modificador entre Estados-de-Coisas, de modo que a um deles – o dependente (e_j), que traz a circunstância concessiva, apesar da qual se dá o evento principal (e_i) – se atribui a função semântica Concessão (Conc).

O que diferencia (10a-b) é a factualidade do Estado-de-Coisas designado pela oração concessiva: enquanto, em (10a), ambos os Estados-de-Coisas ali descritos são reais e, portanto, factuais, em (10b), o Estado-de-Coisas concessivo é marcado por certa eventualidade/potencialidade e, assim, é irreal tendo em vista o marco temporal do evento principal. Assim, em (10a), há o que aqui se denomina de

construção concessiva factual, e, em (10b), uma *construção concessivo-condicional*: uma construção concessiva semifactual, em que se articulam uma oração subordinada de caráter hipotético e uma oração principal de caráter factual (vd. König, 1985a; 1985b; 1986; Haspelmath & König, 1998).

Seguindo a proposta de Olbertz, Garcia e Parra (2016), tal distinção se opera, no Nível Representacional, pela presença de um operador de hipotecidade (*hyp*) escopando o Estado-de-Coisas concessivo-condicional. Assim, na construção concessivo-condicional em (10b), são articulados dois Estados-de-Coisas, um principal (e_i) e outro dependente (e_j), de modo que a este, além de se atribuir a função semântica Concessão (Conc), é aplicado o operador hipotético (*hyp*), marcado pela correlação modo-temporal da construção. No Nível Morfossintático, em ambos os casos, há encaixamento: a Oração concessiva ou concessivo-condicional ($^{dep}Cl_i$), encabeçada pelas conjunções *embora* ou *ainda que*, respectivamente, é codificada no interior do padrão da Oração principal (Cl_i) como um de seus (da Oração principal) constituintes.

As construções concessivas em (11), por sua vez, são apresentadas como passando pelo julgamento do falante, de modo que, conforme propõe Neves (1999; 2011), o falante apresenta, na oração principal, uma proposição incompatível com a conclusão a que se poderia chegar a partir do fato expresso na oração concessiva.

- (11) a [O Ministro de Estado das Relações Exteriores] Não precisa ser um funcionário de carreira, **embora possa sê-lo**. (Neves, 2011, p. 873)

NR: (p_i – não precisar ser um funcionário de carreira – (p_i): (p_j – possa sê-lo – (p_j)_{Conc}) (p_i))

NM: (Cl_i : [(Gw_i : – não – (Gw_i)) (Vp_i : – precisa – (Vp_i)) ($^{dep}Cl_j$: – ser um funcionário de carreira – ($^{dep}Cl_j$)) ($^{dep}Cl_k$: – embora possa sê-lo – ($^{dep}Cl_k$))] (Cl_i)

- b De acordo com Landau, **ainda que fosse possível medir o que se deverá perder de receita por conta da crise**, é correta a manutenção do cronograma já traçado. (19N:Br:Recf)

NR: (p_i – é correta a manutenção do cronograma já traçado – (p_i): (*hyp* p_j : – fosse possível medir o que se deverá perder de receita por conta da crise – (p_j)_{Conc}) (p_i))

NM: (Cl_i: [(^{dep}Cl_i: – ainda que fosse possível medir o que se deverá perder de receita por conta da crise – (^{dep}Cl_j)) (Vp_i: [(Vw_i: – é – (Vw_i)) (Adjw_i: – correta – (Adjw_i))] (Vp_i)) (Np_i: – a manutenção do cronograma já traçado – (Np_i))] (Cl_i)

Em (11 a), a negação da *necessidade* de *ser um funcionário de carreira* operada na oração principal entra em conflito com conclusões que se poderiam tirar da afirmação, na oração concessiva, da *possibilidade* de *sê-lo*. Em (11 b), a *possibilidade*, cotejada pelo falante, na oração concessiva (de *se medir o que se deverá perder de receita por conta da crise*) não é suficiente para alterar a crença designada na oração principal (de que é correta a manutenção do cronograma já traçado).

No Nível Representacional, então, articulam-se dois Conteúdos Proposicionais (p), de modo que ao dependente (p_j), que traz a proposição concessiva (apesar da qual se dá a proposição principal (p_i)), é atribuída a função semântica Concessão (Conc).

A diferença entre (11 a-b) também reside na factualidade: em (11 a), tem-se um caso de *concessiva factual*, em que os dois Conteúdos Proposicionais são verdadeiros e, portanto, factuais; já em (11 b), articulam-se um Conteúdo Proposicional factual (o nuclear) e um hipotético/potencial e, portanto, não factual (o dependente), o que caracteriza uma *construção concessivo-condicional*.

Essa distinção se opera, como já dito, pela aplicação de um operador de hipoteticidade (hyp) ao Conteúdo Proposicional concessivo-condicional. No Nível Morfossintático, assim como em (11), a Oração concessiva ou concessivo-condicional (^{dep}Cl_j), encabeçada por *embora* ou *ainda que*, encaixa-se na posição de modificador da Oração principal (Cl_i).

Em suma, integram o quadro de construções concessivas do Nível Representacional dois tipos de relação: (i) a *construção concessiva factual* (em que se articulam dois Estados-de-Coisas ou dois Conteúdos Proposicionais factuais), e (ii) a *construção concessivo-condicional*, de natureza semifactual (em que se articulam um Estado-de-Coisas/ Conteúdo Proposicional factual e um Estado-de-Coisas/ Conteúdo Proposicional eventual/hipotético).

Concessivas no Nível Interpessoal

Descrevem-se, no Nível Interpessoal, construções concessivas que correspondem a estratégias retóricas e/ou interativas do falante. Enquanto estratégias retóricas dizem respeito ao modo como o falante ordena e estrutura os componentes de seu discurso, a fim de sustentar sua estratégia comunicativa e, assim, influenciar o ouvinte a aceitar os seus propósitos comunicativos, estratégias interativas são mecanismos que asseguram e mantêm a interação, gerenciando as condições interacionais que permitem o desenrolar de um evento discursivo.

Nesse sentido, construções concessivas, no Nível Interpessoal, não mais sustentam implicaturas causais e condicionais típicas das concessivas no Nível Representacional, dando lugar a funcionalidades discursivamente situadas. De acordo com Olbertz, Garcia e Parra (2016), as *concessivas interpessoais* constituem comentários do falante sobre sua própria enunciação, de modo que o segmento concessivo não está diretamente relacionado ao conteúdo do segmento principal, mas se liga às circunstâncias do contexto de comunicação.

Assim, com base em Stassi-Sé (2012), Zamproneo (2014) e Olbertz, Garcia e Parra (2016), pode-se distinguir dois tipos de construções concessivas interpessoais: as concessivas restritivas (vd. (12)), e as concessivas adendo (vd. (13)).

- (12) E que vale diante dele o Governador e o Padre Inácio, **embora tenham, atrás de si, as armas da Espanha e o poder da Igreja?** (Neves, 2011, p. 873)

NI: (M_i: [(A_i: – todo trabalho da universidade em termos de ação comunitária é um trabalho de extensão – (A_i)) (A_j: – nem todo trabalho de extensão seja um trabalho de ação comunitária – (A_j)_{Conc}]) (M_i))

NM: (Le_i: [(Cl_i: – todo trabalho da universidade em termos de ação comunitária é um trabalho de extensão – (Cl_i)) (Cl_j: – embora nem todo trabalho de extensão seja um trabalho de ação comunitária – (Cl_j))] (Le_i))

Em (12), o conteúdo da oração introduzida por *embora* não representa um obstáculo para a realização do que está descrito na oração anterior, mas sim um obstáculo para a realização do Ato Discursivo anterior: ao questionar sobre *a validade da presença do Governador e do Padre diante deles*, o falante evoca, na oração concessiva, uma

objeção/restricção a seu questionamento. Têm-se, portanto, uma relação de dependência entre dois Atos Discursivos: o primeiro é o Ato nuclear (A_p), e outro, o Ato Subsidiário (A_j), ao qual se atribui a função retórica Concessão (Conc). No Nível Morfossintático, não há mais relação de encaixamento entre Orações, mas, no interior da Expressão Linguística (El_i), articulam-se duas Orações (Cl_i e Cl_j).

Já em (13), observa-se, conforme Stassi-Sé (2012), que a construção iniciada por *embora* insere uma nova informação ao fluxo discursivo da interação e essa nova informação não só preserva, de alguma maneira, a face do falante ao fazer tantas asserções ali na interação, mas traz algum conteúdo mais contrastivo em relação aos outros conteúdos introduzidos pelo falante ao longo de seu discurso.

- (13) - eles estão mais equilibrados L. - porque é: é o problema é o ciclo porque ele é inseguro - aí pega uma mulher que é mais segura do que ele ele aí recosta e cada vez - falta nele segurança - é mais inseguro - e cada vez vai depender mais enquanto que pegando uma - sei - mulher mais insegura do que ele - ele tem que se ativar () - ela ele vai ter que se ativar pra segurar ela - sei - () **embora** eu acho que ela é até muito segura é tão segura que amadureceu - se com ele - e melhorou ele muito - mas ela não transmitiu a ele (19Or:Br:LF:Recf)

NI: (D_i : (M_i : - e cada vez vai depender mais enquanto que pegando uma - mulher mais insegura do que ele - ele tem que se ativar () - ela ele vai ter que se ativar pra segurar ela - (M_j)) (M_j : - eu acho que ela é até muito segura é tão segura que amadureceu - se com ele - e melhorou ele muito - (M_j)_{Ad}) (D_i))

NM: (T_i : (El_i : - e cada vez vai depender mais enquanto que pegando uma - mulher mais insegura do que ele - ele tem que se ativar () - ela ele vai ter que se ativar pra segurar ela - (El_j)) (El_j : - eu acho que ela é até muito segura é tão segura que amadureceu - se com ele - e melhorou ele muito - (El_j)) (T_i))

Nesse caso, podemos ver que há duas distintas contribuições para o andamento da interação e, portanto, dois Movimentos. Seguindo a proposta de Stassi-Sé (2012), pode-se abordar a ocorrência em (13) como uma relação de dependência entre dois Movimentos (M), no interior da camada do Discurso (D): o primeiro Movimento é o nuclear (M_i), e o segundo, o Subsidiário (M_j), corresponde a uma estratégia de manutenção do canal interlocutivo, ao qual se atribui a função interativa Adendo (Ad). No Nível Morfossintático, estabelece-se, no

interior da camada do Texto (T), uma relação entre duas Expressões Linguísticas (Le_i e Le_j).

Em síntese, no Nível Interpessoal, integram o quadro de construções concessivas dois tipos de relação: (i) as *construções concessivas restritivas* (em que se articulam dois Atos Discursivos, um Subsidiário que restringe o efeito performativo do Nuclear), e (ii) as *construções concessivas adendo* (em que se articulam dois Movimentos, e o Movimento Subsidiário insere um novo comentário ao Discurso, contrastando com conteúdos/expectativas dados contextualmente).

3. Construções concessivas com *por mais que*

O estatuto léxico-gramatical de 'por mais que'

O uso da conjunção *por mais que* revela afinidade entre *concessão* e *quantificação* (vd. König, 1985a; 1985b), já que, em sua base de formação, encontra-se o quantificador (ou a palavra de grau) *mais*, tendência encontrada em variadas línguas, como, no inglês, com a conjunção *although* e, no espanhol, com a conjunção *por mucho que*.

Segundo Barreto (1999), somente em textos do século XVII se encontra a forma *mais* fixada de *por mais que* (vd. (14a)), que emerge, conforme defende a autora, a partir da reanálise estrutural e da sintaticização da estrutura *por mais Adj que X* (vd. (14b)), com apagamento do lexema adjetival e reinterpretção de suas fronteiras morfossintáticas.

- (14) a Acho-me com muitas cartas de V.Exa e com mil obrigações em cada uma delas para beijar a mão de V.Exa outras tantas vezes, como nesta faço, sem que os termos de agradecimento, ***por mais que se multipliquem***, possam igualar o número e muito menos a grandeza de tantas e tão excessivas mercês.
- b e considereis que não sois tanto pai de vossa filha, ***por mais caro que vos custe***, que não tenha custado mais a que a levou para si.

(Barreto, 1999, p. 359)

Tal consideração permite abordar *por mais que* como uma conjunção complexa cuja emergência se dá por meio de um processo cognitivo

mais geral, denominado *chuncking*: uma relação sequencial desenvolvida entre duas ou mais palavras quando usadas frequentemente juntas (vd. Bybee, 2016). De acordo com Bybee (2016), o *chuncking*, ao afetar em grande medida a constituição estrutural interna de unidades complexas, envolve desde alterações fonético-fonológicas, até mudanças em suas estruturas morfossintáticas e semânticas, o que pode ser medido em termos de analisabilidade e de composicionalidade.

Enquanto a analisabilidade diz respeito ao “reconhecimento do usuário da língua das palavras e morfemas individuais de uma expressão assim como de sua estrutura morfossintática” (Bybee, 2016, p. 80), a composicionalidade refere-se ao “grau de previsibilidade do sentido do todo a partir do sentido das partes que o compõem” (Bybee, 2016, p. 79). Para avaliar o grau de analisabilidade e de composicionalidade de *por mais que*, propõe-se uma comparação entre a construção concessiva com *por mais que* em (15a) e uma possível paráfrase, em (15b), com a conjunção concessiva prototípica *embora*.

- (15) a Dito mandou que parassem. ***Por mais que*** se esforçasse, não conseguia ver o homem outra vez. Chegou a admitir que se enganara. (19:Fic:Br:Lins:Avalovara)
- b ***Embora*** se esforçasse, não conseguia ver o homem outra vez.

Nas ocorrências em (15), fica assinalada a incompatibilidade entre os fatos ali articulados: o *esforço* dedicado seria, normalmente, condição suficiente para a efetivação do fato central (a de *se conseguir ver o homem outra vez*); entretanto, para a realidade ali descrita, isso não se aplica.

Não se pode ignorar, no entanto, que, em construções concessivas com *por mais que*, está presente, paralelo ao significado concessivo, um segundo elemento de significado, de quantificação (marcado pelo quantificador *mais*), o que não se aplica a construções concessivas articuladas pelo conectivo *embora*. Assim, em (15a), mas não em (15b), a incompatibilidade entre os fatos ali veiculados (base para a expressão da concessão) está atrelada à intensidade com que se desenvolve o fato designado na oração concessiva, de modo que a proposição de *não conseguir ver o homem outra vez* é verdadeira e se sustenta independente da *quantidade* (ou *intensidade*) de *esforço* dispensado.

Tais considerações atestam o alto grau de analisabilidade e de composicionalidade do conectivo complexo *por mais que*, caracterizado nos seguintes termos:

(i) quanto à analisabilidade, um falante do português, além de ser capaz de reconhecer as palavras individuais que compõem esse conectivo (a preposição *por*, o quantificador *mais* e a conjunção *que*), também ativa os significados individuais de suas formas componentes, assim como qualquer relação discursiva ou morfossintática entre elas, para a interpretação global da perífrase (ao usar o conectivo *por mais que*, a concessão está atrelada à quantificação/intensidade atribuída por *mais* ao fato designado pelo predicado da oração concessiva);

(ii) já em termos de composicionalidade, pode-se dizer que o significado das partes individuais que compõem o conectivo contribui para o significado do todo (paralelo ao significado *concessivo*, está o significado de *quantificação*, de *intensidade*, próprio ao advérbio *mais*).

Aliado a isso, é possível encontrar dados como (16), em que o advérbio de intensidade *muito* modifica o advérbio *mais*, base da conjunção, corroborando, assim, que a constituição semântico-estrutural da conjunção *por mais que* não se encontra totalmente reanalisada, já que ainda se percebe a sua base – o advérbio *mais* – como passível de modificação adverbial.

- (16) Caros amigos, a situação não me parece especialmente brilhante, sobretudo do ponto de vista litúrgico; porém, vamos dar o benefício da dúvida ao Papa Francisco, *por muito mais que gostássemos de Bento XVI*. (danitojays.com)

Tais considerações permitem, aqui, defender que *por mais que* corresponde a uma Conjunção Lexical, principalmente levando-se em conta que:

(i) em termos funcionais, *por mais que* não só marca a relação adverbial concessiva, mas também especifica o significado de quantificação para a relação. É, então, bastante visível que, além de unir duas orações numa relação concessiva, o significado quantificacional próprio à sua base – a palavra *mais* – participa da construção do significado total da construção. Isso mostra que o conectivo *por mais que* é passível de decomposição gradual, tem caráter atributivo e significado lexical;

(ii) em termos formais, trata-se de um conectivo cuja constituição estrutural interna é altamente complexa, com baixo grau de fusão e/ou fixação e com possibilidade de modificação de sua base adverbial (*mais*).

Conforme proposta de Oliveira (2014), *por mais que* integra um grupo de conjunções que abrigam alto grau de conteúdo lexical, isto é, conjunções que veiculam algum significado lexical mais concreto e em que se verifica pouca mudança a partir do significado original de suas partes componentes. Tendo, então, em vista a defesa de que *por mais que* é, conforme o modelo da GDF, uma Conjunção Lexical, a próxima seção demonstra de que modo isso implica para a descrição dos diferentes tipos de relações concessivas articuladas pelo conectivo.

Relações concessivas articuladas por 'por mais que'

A conjunção concessiva complexa *por mais que* articula orações em três tipos de construções: *concessivas factuais*, *concessivo-condicionais* e *concessivas restritivas*. Passa-se, então, à descrição dessas construções, considerando o estatuto de *por mais que* como Conjunção Lexical.

Em (17), as construções concessivas factuais assinalam um conflito entre os fatos articulados: em (17a), o evento negativo designado pela oração principal (o de *não conseguir relaxar*) se desenvolveu independente da intensidade com que se realizava o evento expresso na oração concessiva (de *se esforçar*); em (17b), por outro lado, a opinião expressa na oração principal (de *achar que não era uma coisa justa comigo, com o cliente e nem com o público*) se sustenta apesar da preferência expressa na oração concessiva (*eu adorar fazer isso*).

- (17) a Ele encheu os copos, bebeu um bom trago e ficou olhando o horizonte, com uma aparência tranquila, como se já não se lembrasse do que dissera. **Por mais que** eu me esforçasse, não conseguia relaxar. Meus olhos percorreram o jardim, procurando guardar cada detalhe. (19:Fic:Br:Costa:Sala)

NR: (e_i; – não conseguia relaxar – (e_j); (e_j; – por mais que eu me esforçasse – (e_j)_{Conc}) (e_i)) → (e_j; (f_i; [(f_i; mais_{Adv} (f_i)) (e_k; – eu me esforçasse – (e_k)_{Ref}]) (f_i)) (e_j))

NM: (Cl_i: [(Gw_i: não (Gw_i)) (Vp_i: – conseguia relaxar – (Vp_i))
(^{dep}Cl_j: – por mais que eu me esforçasse – (^{dep}Cl_j))] (Cl_i)) →
(^{dep}Cl_j: (Adpp_i: [(Gw_i: por_{Adv} (Gw_i)) (Lw_i: mais (Lw_i)) (^{dep}Cl_k:
– que eu me esforçasse – (^{dep}Cl_k))] (Adpp_i)) (^{dep}Cl_j))

- b Então, achei que não era legal. **Por mais que** eu adore fazer isso, achei que não era uma coisa justa comigo, com o cliente e nem com o público, que começa a tomar um porre de você. (19Or:Br:Intrv:Cid)

NR: (p_i: – achei que não era uma coisa justa comigo, com o cliente e nem com o público – (p_i: (p_i: – por mais que eu adore fazer isso – (p_i)_{Conc}) (p_i)) → (p_i: (e_i: (f_i: [(f_i: mais_{Adv} (f_i)) (p_k: – eu adore fazer isso – (p_k)_{Ref}]) (f_i)) (e_i)) (p_i))

NM: (Cl_i: [(^{dep}Cl_j: – por mais que eu adore fazer isso – (^{dep}Cl_j)) (Vp_i: – achei – (Vp_i)) (^{dep}Cl_k: – que não era uma coisa justa comigo, com o cliente e nem com o público – (^{dep}Cl_k))] (Cl_i)) →
(^{dep}Cl_j: (Adpp_i: [(Gw_i: por_{Adv} (Gw_i)) (Lw_i: mais (Lw_i)) (^{dep}Cl_m: – que eu adore fazer isso – (^{dep}Cl_m))] (Adpp_i)) (^{dep}Cl_j))

Enquanto, em (17a), são articulados dois Estados-de-Coisas, em (17b), articulam-se dois Conteúdos Proposicionais. Nos dois casos, o segmento nuclear (e_i ou p_i) é modificado pelo segmento dependente (e_j ou p_j), ao qual se atribui a função Concessão (Conc).

Dada a natureza lexical da conjunção *por mais que*, a representação do segmento concessivo, no Nível Representacional, precisa ser especificada em termos de uma estrutura complexa. Em (17a), o Estado-de-Coisas concessivo (e_j) é nucleado por uma Propriedade Configuracional de um-lugar (f^c), constituída pelo predicado *mais*, um Lexema da classe dos Advérbios (f_{Adv}), que toma como argumento o evento (e_k) de *eu me esforçasse*, ao qual se atribui a função semântica Referência (Ref). Em (17b), por outro lado, o Conteúdo Proposicional concessivo (p_j) é nucleado por um Estado-de-Coisas (e_i), estruturado em termos de uma Propriedade Configuracional (f^c) que combina o predicado adverbial *mais* (f_{Adv}) e seu argumento, a proposição *eu adore fazer isso* (p_k), à qual se atribui a função semântica Referência (Ref).

No Nível Morfossintático, em ambos os casos, tem-se uma Oração dependente (^{dep}Cl_j) encaixada na posição de modificador da principal (Cl_i). A oração concessiva, especificamente, é internamente estruturada conforme o padrão de um Sintagma Adposicional (Adpp), encabeçado pela Preposição *por* (Gw), que codifica a função semântica Referência,

e composto pela Palavra Lexical *mais* (Lw) e pelas orações completivas *que eu me esforçasse* ou *que eu adore fazer isso* (${}^{dep}Cl_k$). A conjunção *que* é parte da oração completiva, sinalizando a relação de dependência entre predicado e argumento.

Já em (18), têm-se casos de construções concessivo-condicionais: em (18a), o evento negativo expresso pela oração principal (de *não encontrar nada*) se sustenta independentemente da intensidade com que se possa desenvolver a potencial situação desfavorável expressa na oração concessiva (de *eles procurar*); em (18b), a crença do falante expressa na oração principal (acerca de *ser justo citar o nome dela*) não se altera ou se dissipa pela hipótese/possibilidade desfavorável levantada na oração concessivo-condicional (de *fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você*).

- (18) a Tudo está agora na minha cabeça. **Por mais que** eles procurem, não vão encontrar nada. Está tudo na minha cabeça. Ninguém vai responder aos apelos no rádio. (19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)

NR: (e_i : – não vão encontrar nada – (e_i): (hyp e_j : – por mais que eles procurem – (e_j)_{Conc}) (e_i)) \rightarrow (hyp e_j : (f_i : [(f_i : mais_{Adv} (f_i)) (e_k : – eles procurem – (e_k)_{Ref}]) (f_i)) (e_j))

NM: (Cl_i : [(Gw_i : não (Gw_i)) (Vp_i : – vão encontrar – (Vp_i)) (Np_i : – nada – (Np_i)) (${}^{dep}Cl_j$: – por mais que eles procurem – (${}^{dep}Cl_j$))] (Cl_i)) \rightarrow (${}^{dep}Cl_j$: ($Adpp_i$: [(Gw_i : por_{Adv} (Gw_i)) (Lw_i : mais (Lw_i)) (${}^{dep}Cl_k$: – que eles procurem – (${}^{dep}Cl_k$))] ($Adpp_i$)) (${}^{dep}Cl_j$))

- b Todas são pessoas que costumam ficar à parte, ficam anônimos, mas que são superimportantes. Você não vê o nome delas em nenhum lugar, e não sei se é muito justo fazer isso, sabe? **Por mais que** você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você, é justo citar o nome dela. (19Or:Br:Intrv:Web)

NR: (p_i : – é justo citar o nome dela – (p_i): (hyp p_j : – por mais que você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você – (p_j)_{Conc}) (p_i)) \rightarrow (hyp p_j : (e_i : (f_i : [(f_i : mais_{Adv} (f_i)) (p_k : – você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você – (p_k)_{Ref}]) (f_i)) (e_i)) (p_j))

NM: (Cl_i : [(${}^{dep}Cl_j$: – por mais que você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você – (${}^{dep}Cl_j$)) (Vp_i : [(Vw_i : – é – (Vw_i)) ($Adjw_i$: – justo – ($Adjw_i$))] (Vp_i)) (${}^{dep}Cl_k$: – citar o nome dela – (${}^{dep}Cl_k$))] (Cl_i)) \rightarrow (${}^{dep}Cl_j$: ($Adpp_i$: [(Gw_i : por_{Adv} (Gw_i)) (Lw_i : mais (Lw_i)) (${}^{dep}Cl_m$: – que você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você – (${}^{dep}Cl_m$))] ($Adpp_i$)) (${}^{dep}Cl_j$))

Assim como em (17), estão articulados, em (18), dois Estados-de-Coisas (vd. (18a)) e dois Conteúdos Proposicionais (vd. (18b)), numa relação de modificação entre nuclear (e_i ou p_i) e dependente (e_j ou p_j), sendo atribuída, ao dependente, a função semântica Concessão (Conc) e o operador de hipoteticidade (hyp), garantindo-se, assim, a adequada representação do caráter não-factual desse segmento e também da natureza semifactual da construção. Além disso, a constituição mais interna do evento ou da proposição concessivo-condicional envolve as seguintes especificações representacionais: (i) em ambos os casos, os segmentos concessivos (e_j ou p_j) são nucleados por uma Propriedade Configuracional de um-lugar (f^e), em que o predicado (f) – o lexema adverbial (Adv) *mais* – toma como seu argumento o evento (e_k) de *eles procurem*, no caso de (18a), ou, em (18b), a proposição (p_k) de *você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você*; (ii) ao evento (e_k) ou proposição (p_k) argumento de *mais*, é atribuída, então, a função semântica Referência (Ref).

No Nível Morfossintático, assim como em (17), a oração adverbial corresponde ao padrão de um Sintagma Adposicional (Adpp), encabeçado pela preposição *por* (Gw), que codifica a função semântica Referência, e composto pela Palavra Lexical *mais* (Lw) e pela oração completiva *que eles procurem* ou *que você possa fazer uma coisa e uma pessoa faz por você melhor que você* ($^{dep}Cl_k$).

Em (19), por fim, são trazidos casos de construção concessiva restritiva. Observa-se que, antes de dirigir sua pergunta, em (19a), ou sua diretriz, em (19b), o falante projeta e antecipa possíveis obstáculos ou posicionamentos contrários, o que configura uma estratégia de preservação de sua face.

- (19) a - Você comentou sobre jabá - **por mais que** seja um “ problema dos Ministros da Comunicação e da Justiça, você acha que Gil poderia tomar alguma providência? (19Or:Br:Intrv:Web)
- NI: (M_1 : [(A_1 : – seja um “problema” dos Ministros da Comunicação e da Justiça – (A_1)_{Conc}) (A_j : – você acha que Gil poderia tomar alguma providência? – (A_j))] (M_1))

NR: (p_i : – por mais que seja um “problema” dos Ministros da Comunicação e da Justiça – (p_i)) (p_i : – você acha que Gil poderia tomar alguma providência? – (p_i)) \rightarrow (p_i : (e_i : (f_i^e : [(f_i : mais_{Adv} (f_i)) (p_k : – seja um “problema” dos Ministros da Comunicação e da Justiça – ($p_{k_{Ref}}$)] (f_i^e)) (e_i)) (p_i))

NM: (Le_i : [(Cl_i : – por mais que seja um “problema” dos Ministros da Comunicação e da Justiça – (Cl_i)) (Cl_j : – você acha que Gil poderia tomar alguma providência? – (Cl_j))] (Le_i)) \rightarrow (Cl_i : (Adp - p_i : [(Gw_i : por_{Adv} (Gw_i)) (Lw_i : mais (Lw_i)) ($^{dep}Cl_k$: – que seja um “problema” dos Ministros da Comunicação e da Justiça – ($^{dep}Cl_k$))] ($Adpp_i$)) (Cl_i))

- b) Passou, viram-na, mas não houve quem lhe tirasse o chapéu ou sequer a acompanhasse com a vista. **Por mais que** bramem contra o egoísmo e a maldade destes tempos, olhem que há por aí muitos exemplos de abnegação e de bondade dignos de toda a nossa reverência. (19:Fic:Br:Lopes:Donas)

NI: (M_i : [(A_i : – bramem contra o egoísmo e a maldade destes tempos – ($A_{i_{Conc}}$)) (A_j : – olhem que há por aí muitos exemplos de abnegação e de bondade dignos de toda a nossa reverência – (A_j))] (M_i))

NR: (p_i : – por mais que bramem contra o egoísmo e a maldade destes tempos – (p_i)) (p_i : – olhem que há por aí muitos exemplos de abnegação e de bondade dignos de toda a nossa reverência – (p_i)) \rightarrow (p_i : (e_i : (f_i^e : [(f_i : mais_{Adv} (f_i)) (p_k : – bramem contra o egoísmo e a maldade destes tempos – ($p_{k_{Ref}}$)] (f_i^e)) (e_i)) (p_i))

NM: (Le_i : [(Cl_i : – por mais que bramem contra o egoísmo e a maldade destes tempos – (Cl_i)) (Cl_j : – olhem que há por aí muitos exemplos de abnegação e de bondade dignos de toda a nossa reverência – (Cl_j))] (Le_i)) \rightarrow (Cl_i : ($Adpp_i$: [(Gw_i : por_{Adv} (Gw_i)) (Lw_i : mais (Lw_i)) ($^{dep}Cl_k$: – que bramem contra o egoísmo e a maldade destes tempos – ($^{dep}Cl_k$))] ($Adpp_i$)) (Cl_i))

Diferentemente de (17) e de (18), os casos em (19) precisam ser representados em três níveis da GDF. No Nível Interpessoal, representa-se a articulação entre dois Atos Discursivos, sendo que, ao Ato Subsidiário, se atribui a função retórica Concessão: em (19a), o Ato subsidiário é um Ato declarativo (A_p), ao qual se atribui a função retórica Concessão (Conc), e o Ato nuclear é um Ato interrogativo (A_j); já em (19b), o Ato subsidiário é um Ato declarativo (A_p), ao qual se atribui a função retórica Concessão (Conc), e o Ato nuclear é um Ato imperativo (A_j).

No Nível Representacional, embora não se represente a função semântica Concessão (já representada no Nível Interpessoal como função retórica), é necessário especificar, dada a natureza lexical de *por mais que*, a constituição interna da proposição concessiva (p_i) em termos de uma Propriedade Configuracional de um-lugar, nos moldes de (17) e (18). No Nível Morfosintático, há a combinação, no interior da Expressão Linguística (Le), de duas Orações (Cl_i e Cl_j), e a Oração concessiva se constitui de um Sintagma Adposicional (Adpp), nos moldes de (17) e (18).

4. Considerações finais

A temática central deste artigo gira em torno ao estatuto da conjunção *por mais que* em construções concessivas do português e, desse modo, trata de uma questão bastante discutida acerca da arquitetura do modelo da GDF: sua abordagem em torno às classes de palavras.

Alguns linguistas traçam uma distinção bem nítida entre classes lexicais ou classes de palavras abertas (como substantivos, adjetivos, verbos, advérbios) e classes gramaticais ou classes de palavras fechadas (como pronomes, preposições, conjunções, artigos). A GDF, por outro lado, aproxima-se de abordagens como a de Lehmann (2002) e a de Kortmann e König (1992), que concebem cada classe de palavra abrigo tanto membros lexicais como membros gramaticais.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a questão das classes de palavras deve ser tratada em dois níveis da GDF: no Nível Representacional, são distinguidas as classes de Lexemas, e, no Nível Morfosintático, distinguem-se as classes de Palavras. Enquanto as classes de Lexemas são funcionalmente definidas em termos dos diferentes papéis que os Lexemas cumprem na construção de configurações interpessoais e representacionais, as classes de Palavras são determinadas por princípios totalmente diferentes, especificamente pela sua distribuição e por características morfosintáticas, de modo que Palavras Gramaticais não são acionadas por informação lexical e codificam, geralmente, operadores ou funções dos níveis Representacional e Interpessoal.

Articulado, então, a esse quadro teórico, este trabalho se pergunta, centralmente, de que modo é possível representar, conforme o modelo

da GDF, a associação entre os significados concessivo e intensivo/quantificacional subjacentes ao uso da conjunção *por mais que*. A proposta, aqui defendida, é a de tomar *por mais que* como Conjunção Lexical. Enquanto elemento do quadro de relatores, essa conjunção articula Estados-de-Coisas, Conteúdos Proposicionais e Atos Discursivos numa relação de modificação, o que implica na atribuição da função (semântica ou retórica) Concessão ao segmento concessivo. Dada sua natureza lexical, tal conjunção necessariamente precisa ser representada, no Nível Representacional, como uma Propriedade Configuracional de um-lugar que organiza a estrutura interna do Estado-de-Coisas concessivo ou do Conteúdo Proposicional concessivo.

De fato, a organização mais interna do Estado-de-Coisas/Conteúdo Proposicional encabeçado por *por mais que* parte do reconhecimento de uma relação predicado-argumento, em que *mais* figura como Lexema (predicado) adverbial, tomando o evento ou a proposição encabeçada por *que* como argumento, a que se atribui a função semântica Referência, codificada pela preposição *por*. É, então, nesse ponto que se garante a adequada representação não só da especificação de um valor quantificacional ou intensivo para a relação concessiva, mas também do alto grau de composicionalidade e de analisabilidade que marca a constituição estrutural interna dessa conjunção complexa (Bybee, 2016).

Tendo em vista o quadro de relações concessivas no português, tal proposta de tratamento e de representação de *por mais que* se faz bastante produtiva em duas vias:

(i) primeiro, para distinguir, no interior do Nível Representacional, concessivas factuais de concessivo-condicionais, já que, no segundo caso, há a aplicação de um operador de hipoteticidade ao Estado-de-Coisas ou Conteúdo Proposicional concessivo, conforme proposta de Olbertz, Garcia e Parra (2016);

(ii) segundo, para distinguir as concessivas representacionais das concessivas interpessoais. Enquanto estas são representadas em ambos os níveis da formulação, no Interpessoal, combinando dois Atos Discursivos, e no Representacional, combinando dois Conteúdos Proposicionais, aquelas envolvem a articulação apenas de entidades do Nível Representacional.

Agradecimentos

O presente trabalho foi parcialmente realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio de concessão da bolsa de Iniciação Científica, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Conflito de interesses

Declaramos não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo.

Contribuição dos autores

Nós, Michel Gustavo Fontes e José Eduardo Bognola Teixeira, declaramos, para os devidos fins, que não temos qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo. Os dois autores contribuíram igualmente na preparação deste artigo, desde a condução da investigação até a sua redação, aqui apresentada. Todos os autores aprovam a versão final do manuscrito e são responsáveis por todos os aspectos, incluindo a garantia de sua veracidade e integridade.

Referências

- Barreto, T. M. M. (1999). *Gramaticalização das conjunções na história do português* [Tese de Doutorado em Letras e Linguística]. Universidade Federal da Bahia.
- Bechara, E. (2001). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bybee, J. (2016 [2010]). *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. Rev. téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez.
- Davies, M., & Ferreira, M. (2016). *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Disponível online em <http://www.corpusdoportugues.org>.
- Garcia, T. S., & Amorim, C. R. (2017). Estruturas concessivas intensivas no espanhol falado: um olhar discursivo-funcional. *Entretextos* (UEL), 17, 37-60. <https://doi.org/10.5433/1519-5392.2017v17n1p37>
- Haspelmath, M., & König, E. (1998). Concessive conditionals in the languages of Europe. In Auwera, Johan van der (Org.). *Adverbial*

- constructions in the languages of Europe* (pp. 563-640). New York: Mouton de Gruyter.
- Hengeveld, K. (2004). Epilogue. In J. L. Mackenzie & N. de los A. Gómez-González (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar* (pp. 365-378). Berlin/ New Cork: Mouton de Gruyter.
- Hengeveld, K. (1998). Adverbial Clauses in the languages of Europe. In Van der Auwera, Johan van der (Org.). *Adverbial constructions in the languages of Europe* (pp. 335-419). New York: Mouton de Gruyter.
- Hengeveld, K., & Mackenzie, M. (2008). *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001>
- Hengeveld, K., & Wanders, G. (2007). Adverbial conjunctions in Functional Discourse Grammar. In M. Hannay & G. Steen (Eds.). *Structural-functional studies in English grammar: In honor of Lachlan Mackenzie* (pp. 211-227). Amsterdam: Benjamins.
- König, E. (1986). Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. In E. C. Traugott, A. Ter Meulen, J. S. Reilly & C. A. Ferguson (Eds.). *On conditionals* (pp. 229-246). Cambridge: Cambridge University Press.
- König, E. (1985a). On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, 66 (1), 1-19. [https://doi.org/10.1016/S0024-3841\(85\)90240-2](https://doi.org/10.1016/S0024-3841(85)90240-2)
- König, E. (1985b). Where do concessives come from? On the development of concessive connectives. In J. Fisiak (Ed.). *Historical semantics. Historical Word-formation* (pp. 263-282). New York: Mouton de Gruyter.
- Kortmann, B., & König, E. (1992). Categorical reanalysis: the case of deverbal prepositions. *Linguistics*, 30, 671-697. <https://doi.org/10.1515/ling.1992.30.4.671>
- Lehmann, C. (2000). New reflections on grammaticalization and lexicalization. In I. Wischer & G. Diewald (Eds.). *New reflections on grammaticalization* (pp. 1-18). Amsterdam & Philadelphia: J. Benjamins.
- Neves, M. H. M. (2012). *A gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola.
- Neves, M. H. M. (2011). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Neves, M. H. M. (2008). A difusa zona adverbial: o caso da combinação de orações. *Linguistica*, 20, 25-47.

- Neves, M. H. M. (1999). As construções concessivas. In M. H. M. Neves (Org.). *Gramática do Português Falado: Novos estudos* (pp. 545-591). Campinas: Editora da Unicamp.
- Oliveira, T. P. (2014). Conjunções adverbiais no português. *Revista de Estudos da Linguagem*, 22, 45-66. <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.22.1.45-66>
- Oliveira, T. P. (2012). As conjunções condicionais na Gramática Discursivo-Funcional. In E. R. F. Souza (Org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição* (pp. 119-146). São Paulo: Contexto.
- Oliveira, T. P. (2008). *Conjunções e orações condicionais no português do Brasil* [Tese de doutorado em Linguística e Língua Portuguesa]. Universidade Estadual Paulista.
- Olbertz, H., Garcia, T. S., & Parra, B. G. G. (2016). El uso de <aunque> en el español peninsular: un análisis discursivo-funcional. *Revista Lingüística* (Online), 32, 91-111. <https://doi.org/10.5935/2079-312X.20160019>
- Pérez Quintero, M. J. (2013). Grammaticalization vs. Lexicalization: the Functional Discourse Grammar view. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, 67, 97-121.
- Pérez Quintero, M. J. (2006). On the Lexical/Grammatical Status of Adverbial Conjunctions in FDG. In J. I. Oliva, M. McMahon & M. Brito (Eds.). *On the Matter of Words: In Honor of Lourdes Divasson Cilveti* (pp. 329-339). La Laguna: Servicio de Publicaciones.
- Rosario, I. da C. (2014). Mesoconstruções concessivas intensivas de base adjetival. *Revista Prolíngua*, 9 (2), 78-86.
- Stassi-Sé, J. (2012). *Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo-Funcional* [Tese de doutorado em Estudos Linguísticos]. Universidade Estadual Paulista.
- Zamproneo, S. (2014). *Multifuncionalidade e intersubjetividade em construções concessivas: uma análise em ocorrências do português contemporâneo do Brasil* [Tese de doutorado em Linguística e Língua Portuguesa]. Universidade Estadual Paulista.

Recebido em: 28.05.2021

Aprovado em: 06.09.2022